

ANÁLISE DA COBERTURA DE IMPRENSA RISCO AMBIENTAL DE MOÇAMBIQUE:

O caso da Mozal Bypass e jornal

“Notícias” e “O País”



Luca Bussotti*

Resumo

O artigo pretende verificar o tipo de cobertura feita pela imprensa moçambicana relativamente ao risco ambiental derivante da actividade da multinacional Mozal (Mozambique Alluminium). Esta empresa trabalhou sem filtros, durante 137 dias, entre 2010 e 2011, emitindo para o ar de forma directa os seus gases poluentes (“Bypass”).

A pesquisa visa perceber como os dois diários moçambicanos de maior difusão, “Notícias” e “O País”, abordaram tal questão. As técnicas usadas foram quantitativas (números de artigos publicados e das fontes usadas) e qualitativas (análise do conteúdo, com o auxílio de mapas semântico-conceituais), usando a teoria da Amplificação Social do Risco (SARF) A investigação mostrou que a cobertura foi orientada não tanto para esclarecer o efectivo risco ambiental derivante do Bypass junto às populações locais, quanto como alavanca polémica de tipo político, em favor ou contra as decisões tomadas pelo Governo.

Palavras chave:

Moçambique, Mozal, Bypass, risco ambiental, imprensa, comunicaci3in e meio ambiente, jornal “Notícias”, jornal “O País”.

Recebido: : 9 de julho de 2013 - **Aceito:** 16 de outubro de 2013.

*Luca Bussotti é Investigador Auxiliar Convocado no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL Lisboa. Tem Doutoramento em Sociologia do Desenvolvimento (Universidade de Pisa, Itália). Foi Professor de Gestão e Política dos Recursos Humanos no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Pisa (2002-2006) e Visiting Professor na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique (2006-2011). Tem vários artigos em revistas científicas e livros sobre África Lusófona publicados na Itália, França, Brasil, Inglaterra. Colabora com a secção lusófona do CODESRIA (Dakar), onde coordenou, em 2010-2011, uma pesquisa comparativa sobre a cobertura das violações dos direitos humanos por parte do Estado pela imprensa dos PALOPs. Email: Luca.Bussotti@iscte.pt

INTRODUÇÃO

O “risco” é hoje uma temática central ao nível das Ciências Sociais, sobretudo após as formulações de Beck e Giddens (Beck, 1986; Giddens, 1990), que o apresentam como um dos factores determinantes da “segunda modernidade” ou “modernidade reflexiva” (Beck / Giddens / Lash, 1994). De acordo com este paradigma, o risco maior, nas sociedades contemporâneas, seria o de tipo tecnológico, ou seja, derivado da actividade de carácter industrial, que estaria sempre mais fora do controlo humano, como demonstrariam as recentes experiências em matéria de gestão das centrais nucleares, tornando portanto este risco perigoso enquanto imprevisível.

A crise do paradigma “cientista”, inaugurado em época moderna por Francis Bacon no início do século XVII (Bacon, 1643), mais tarde fortalecido por Galileu e Newton e, finalmente, pelos positivistas (entre os quais Comte e Spencer) e néo-positivistas (como Carnap) tem atravessado diversas épocas e críticas, até a ideia de uma crise global (Lupton, 1999), consoante a qual seria necessário sair desse paradigma para tentar formular um de tipo alternativo (Sousa Santos, 2004).

Trata-se de uma viragem completa da previsibilidade do risco (empresarial), teorizado por Weber como base para desenvolver qualquer actividade económica dotada de sentido e, portanto racional (Weber, 2009), mas também do “optimismo” cientista eurocêntrico que, a partir da revolução científica do século XVII, fez com que o homem tivesse uma confiança total nas capacidades, por parte da ciência e tecnologia, de dominarem as forças da natureza.

O novo quadro derivante de graves acidentes, o último dos quais o de Fukushima, despertou, no mundo ocidental, um intenso debate público, que viu a activa participação da comunicação social (Wolf, 1999), obrigando as grandes indústrias poluidoras (basicamente as petroquímicas e nucleares) e as próprias instituições, locais e nacionais, a adoptarem estratégias sempre mais transparentes em termos de comunicação, prevenção e gestão do risco de tipo industrial.

A realidade africana que se pretende aqui estudar não pode ser encarada dentro deste quadro. Em África, problemáticas inerentes ao risco ambiental derivante da actividade industrial são relativamente recentes, assim como os conhecimentos técnicos ainda continuam nas mãos de dirigentes estrangeiros ou, na melhor das hipóteses, de uma restrita elite de técnicos locais, forçados a manter uma

postura rigorosamente sigilosa, como tem sido o caso da Mozal, cuja língua franca interna é o inglês e que, apesar de repetidas tentativas, nunca se disponibilizaram em fornecer aquelas informações que teriam enriquecido a perspectiva dessa pesquisa.

Na realidade africana, e nomeadamente na moçambicana que aqui pretende-se estudar, são poucos os actores sociais capazes de propor uma perspectiva crítica em relação ao tema aqui abordado. Certamente, que os mais relevantes são os órgãos da comunicação social, cujo papel está sendo sempre mais significativo no panorama continental (Ziegler, Asante, 1992; Bourgault, 1995; Hyden, Leslie, Ogundimu, 2002), com frequentes choques em relação ao poder político (Faruk Osman, 2012), que tocou de perto o próprio Moçambique (Fauvet, Mosse, 2003).

O trabalho aqui apresentado privilegiou, no seio da temática do risco industrial, a vertente comunicacional, nomeadamente o tipo de cobertura que a imprensa moçambicana fez ao longo de uma inédita “crise” de carácter ambiental. A teoria utilizada foi basicamente o *Social Amplification of Risk Framework* (SARF), elaborada pela primeira vez em 1988 (Kasperson et alli, 1988), enriquecida pela perspectiva de Mary Douglas (Douglas, 1992), consoante ópticas de tipo cultural e comparado (Murdoch/Petts/Horlick-Jones, 2003).

Os pressupostos dessa teoria assentam na ideia de Luhmann, consoante a qual o risco é relevante na medida em que é comunicado e as pessoas têm conhecimento dele (Luhmann, 1993). O SARF realça que a componente chave do processo comunicacional do risco consiste em “various risk signals”, que interagem com aspectos culturais e sociais, atenuando ou amplificando o risco percebido (Kasperson, Kasperson, Pidgeon, Slovic, 2003). Este fenómeno de tratamento comunicacional do risco desemboca, na vertente aqui abordada, num interesse intermitente e condensado ao longo da “crise”, ao passo que é quase que ignorado em condições ordeiras (Sandman, 1986).

Torna-se portanto complicado, por parte da comunicação social, fazer cobertura na altura das “crises”, ignorando quase por completo as questões relativas ao risco ambiental e industrial na actividade diária. A própria elite que, em África, tem o privilégio de ter acesso aos jornais, desconhece esses assuntos, ficando incapaz de formar-se uma ideia bem fundamentada quando a crise arrebenta. Até hoje, a parte subsaariana do continente sofre de uma evidente escassez de informação, como demonstra o facto de esta ter sido

cancelada “by global media firms as too poor to develop” (Herman, Mc Chesney, 1999: 199). Em Moçambique, 48% da população é analfabeta, facto que reduz o potencial crítico dos jornais a uma restrita classe média urbana, que tem acesso à imprensa escrita principalmente graças ao facto de trabalhar na função pública, onde pelo menos o diário “Notícias” sempre chega.

A sociedade do “risco global” teorizada por Beck encontra uma dupla dificuldade no que toca à sua possível aplicação no contexto moçambicano: aqui, por um lado, falta a consciência pública em volta dessas temáticas, como demonstra, por exemplo, o facto de ainda não existir uma lei orgânica sobre os crimes ambientais; por outro – e consequentemente – ainda é grande a confiança das classes dirigentes – políticas e económicas – no uso das tecnologias que, por vezes, torna a postura quase idolátrica, finalizada a atrair investimentos industriais externos supostamente “seguros” e, portanto, incontestáveis por parte da população. Todo o discurso do actual presidente, Guebuza, em volta do “desenvolvimento” e da industrialização acelerada confirma isso, assim como a maneira através da qual as multinacionais estrangeiras são entradas no sector da exploração de significativos recursos naturais, acima de tudo o carvão (Castel-Branco, 2010).

O caso aqui analisado prende-se com o pedido, por parte da Mozal (multinacional de capital anglo-australiano, controlada na maioria pela BHP Billiton, e com uma participação directa do Estado Moçambicano de 4%, que opera no sul de Moçambique, cidade da Matola, desde o ano de 2000) de trabalhar, ao longo de seis meses (na realidade, 137 dias) sem filtros, emitindo os seus gases directamente para o ar livre.

1.OBJECTIVOS E METODOLOGIA

1.1São objectivos desse trabalho:

Verificar o tipo de cobertura feito pela imprensa moçambicana no que diz respeito ao caso “Bypass-Mozal”; verificar até que ponto a imprensa moçambicana conseguiu transmitir uma ideia clara e não preconcebida dos riscos da operação-Bypass junto à opinião pública; verificar como é que a imprensa moçambicana deu conta dos diferentes posicionamentos dos actores sociais envolvidos na questão tratada;

1.2 Em termos metodológicos

A base do trabalho foi constituída pela análise dos dois jornais diários de difusão nacional publicados em Moçambique: “Notícias” (controlado maioritariamente pelo Banco de Moçambique, portanto pertencente à esfera governamental) e “O País” (do grupo privado “Soico”). O estudo foi feito com base na teoria da “atenuação” e “amplificação” do risco formulada pelo SARF, procurando os “sinais” (explícitos e implícitos) mediante os quais esses jornais revelam o seu posicionamento e “comunicam” o risco-Bypass. De forma analítica, usou-se a técnica do levantamento quantitativo relativo aos artigos publicados em volta do assunto, mas sobretudo a de tipo qualitativo, assente no instrumento gnosiológico dos “mapas semântico-conceituais” (Novack, Gowin, 1984), capazes de ler em profundidade a linha editorial que esteve por detrás desses dois jornais. Nos mapas semântico-conceituais os “nós” representam os conteúdos fundamentais, os quais ligam-se mediante redes de associações significativas. A linguagem jornalística pode ser estudada por intermédio dessas relações ao mesmo tempo complexas e nem sempre explícitas. Esses mapas, se bem sucedidos, fornecem, como primeiro elemento, uma hierarquização clara dos assuntos abordados e dos seus conteúdos.

O SARF, formulando uma comunicação do risco ambiental mediante “sinais”, constitui uma boa base teórica para tentar extrapolar como é que os mapas conceituais funcionam e quais os seus indicadores fundamentais.

Tratando-se de analisar um tipo especial de linguagem escrita, os mapas conceituais manifestam-se através de palavras, ou seja, lemas, expressões e outros indicadores semânticos que, associando-se aos conceitos, formam verdadeiras pistas; estas traçam de forma bastante clara o posicionamento dos jornais em relação ao risco.

Nesta perspectiva, a procura das fontes revelou-se decisiva, uma vez que elas expressam ideias completamente diferentes em mérito ao caso abordado.

Para corroborar os resultados da análise documental levada a cabo, foram feitas entrevistas em Maputo junto a testemunhas-chave, algumas das quais citadas expressamente ao longo do artigo, tais como a com Jeremias Langa, Director de “O País”, Rogério Siteo, Director do “Notícias”, Salomão Moyana, decano dos jornalistas moçambicanos e actualmente Director do semanário independente “Magazine Independente”, Tomás Guente, jornalista

do semanário independente “Canal de Moçambique”, Vanessa Cabanelas, Directora da ONG “Justiça Ambiental” (JA), que protagonizou uma dura luta contra o “Bypass”, enquanto não foi possível entrevistar os técnicos ministeriais que acompanharam o caso-Bypass, mas apenas alguns funcionários do Ministério da Acção Ambiental que tinham informações bastante genéricas em volta do caso abordado. A Mozal recusou-se de disponibilizar qualquer informação, apesar das numerosas solicitações (formais e informais) feitas pelo pesquisador.

O estudo, dada a sua natureza, deixa de lado uma componente fundamental que podia ser investigada: o impacto que o debate protagonizado pela comunicação social teve, e o papel que os “intermediários” da comunicação (tais como os líderes comunitários da Matola) supostamente tiveram para atenuar ou amplificar os riscos derivantes da operação-Bypass. Entretanto, espera-se uma próxima oportunidade para completar esse primeiro estudo com a outra “face da medalha” ora em falta.

O artigo compõe-se das seguintes partes: Contextualização; Análise (quantitativa e qualitativa) dos diários moçambicanos de difusão nacional, “Notícias” e “O País”, sobre o caso-Bypass; Reflexões conclusivas e resultados obtidos.

2.CONTEXTUALIZAÇÃO

A Mozal é a primeira multinacional estrangeira que, depois da guerra dos 16 anos entre Frelimo e Renamo (que terminou com assinatura dos Acordos de Paz de Roma em 1992), leva a cabo um investimento significativo no país: já esboçado em 1995, o projecto foi concretizado, com a construção das instalações, em 1998, colocando-se hoje no quinto lugar no mundo entre as empresas que produzem alumínio, e incidindo na medida de cerca de 100 milhões de dólares na balança moçambicana dos pagamentos (INE, 2005). O investimento inicial foi de 1340 milhões de USD, enquanto o processo produtivo consome o quádruplo da energia necessária para o resto do país (Granjo, 2003).

Naquela altura, consoante as indicações do FMI e World Bank, os países africanos deviam conceder facilidades para receber este género de investimentos (World Bank, 1981): sendo assim, a Mozal foi praticamente isenta do pagamento de impostos, situação que permanece inalterada até hoje, com grandes polémicas políticas (IESE, 2010).

AMozal sempre teve uma postura extremamente fechada para com a comunicação social, e raramente informou atempadamente e exaustivamente os vários actores locais sobre os níveis de poluição da sua actividade. Ao mesmo tempo, internamente a opção foi de pautar por ter uma “elite operária” a trabalhar na fábrica, capaz de absorver as ideias e os procedimentos impostos, baseados na BOP (Best operation proceeding). O objectivo de fundo foi de difundir uma mentalidade de prevenção e a convicção de que a tecnologia presente neste empreendimento moderno podia e devia levar ao “zero harm” (perigo zero) (Granjo, 2003).

Sobretudo na imprensa pública (nomeadamente o jornal “Notícias”) a Mozal apareceu, desde o arranque das primeiras produções de lingotes de alumínio (em 2000-2001), como um empreendimento que ia dar um grande contributo ao desenvolvimento de Moçambique. Na cerimónia de abertura do estabelecimento estiveram presentes bem 5 chefes de Estado (“Notícias”, 2001).

Entretanto, os assuntos polémicos de cariz ecológica nunca faltaram. Em 2001, o então líder do partido dos Verdes Ambientalistas, Guimarães Lucas Mahota, acusou a Mozal de estar a perpetrar uma verdadeira “catastrofe ambiental”, graças também ao silêncio do Governo, definido de desprovido de ética de tipo ambiental (Savana, 11/5/2001).

As críticas, portanto, foram constantemente direccionadas, quer à vertente ambiental, quer à escassa capacidade do Governo em controlar e fiscalizar as actividades da empresa, estando a reboque desta. Porém, a elevada qualidade tecnológica dos procedimentos internos à Mozal sempre fez com que as críticas ficassem sem efeito, negligenciadas pelas instituições e também pelas populações.

Jeremias Langa e Salomão Moyana, nas entrevistas feitas em Maputo, também realçaram que a abordagem da Mozal para com a comunidade local e as próprias instituições sempre foi contrária aos princípios mais elementares da correcta comunicação ambiental, em situações de risco ou não (Mccallum, Hammond, Covello, 1991). Esta postura resulta particularmente contraditória no caso da Mozal, pois esta multinacional tem a certificação ISO 14001, uma certificação ambiental de qualidade de tipo voluntário, que visa apurar que a empresa tenha um sistema de gestão dos procedimentos internos adequado e coerente, sem todavia medir o grau de poluição resultante das suas actividades. Até hoje o acordo Governo-Mozal é segredo de Estado, facto que tem despertado, ao

longo desses anos, suspeitas e duras críticas (Castelo-Branco, 2010).

Quando a crise do Bypass arrebentou, o *casus belli* focou-se numa espécie de plebiscito sobre a Mozal,10 e não sobre o risco de tipo ambiental derivante das suas actividades. O Governo moçambicano, que apoiou e deu sustento legal a todas as decisões da Mozal, entrou também no debate, acusado, por boa parte da imprensa independente, de não saber lidar com o assunto, deixando as instituições a revelar da Mozal.

Salomão Moyana, por exemplo, sublinha que “o Governo foi o porta-voz da Mozal”, enquanto Jeremias Langa, defende que aos cidadãos é sistematicamente negado o direito básico à informação, privilegiando interesses pouco claros. As forças parlamentares – conclui o director de “O País” – estiveram também “a reboque” da imprensa: desta forma, “o Parlamento não é fiscalizador, não toma iniciativa, só reage quando a comunicação social levanta os problemas”.

Afirmações, essas últimas duas, que visivelmente mostram como a imprensa local prestou atenção muito mais a aspectos genericamente “políticos” do que ao próprio risco ambiental específico, do qual pouco se falou, como se verá no parágrafo a seguir.

3. A ANÁLISE DA IMPRENSA MOÇAMBICANA NA COBERTURA DO CASO-BYPASS

Nesta secção far-se-á a análise relativa ao posicionamento da imprensa moçambicana acerca do caso abordado, primeiro recorrendo a técnicas quantitativas, para logo a seguir passar a técnicas mais qualitativas, que permitirão perceber qual o posicionamento dos jornais investigados sobre o Bypass da Mozal.

3.1 Análise quantitativa dos diários “Notícias” e “O País”.

Para levar a cabo a pesquisa quantitativa dos jornais em questão foi feita uma simples subdivisão dos artigos seleccionados, com base no conteúdo dos mesmos. A seguir, será apresentada a evidência quanto às fontes utilizadas. A classificação baseia-se nas seguintes tipologias: a. Crónica (informação pura e simples); b. Política (artigos relacionados com o debate público em volta do caso-Bypass); c. Assuntos legais (artigos relacionados com os procedimentos legais sobre o caso); A tabela 1 oferece um quadro relativo à primeira classificação usada.

Tabela 1.
Tipologias de artigos na cobertura do “Caso-Mozal” quanto ao conteúdo. Jornais “Notícias” e “O País”

| Jornal | Crónica | Política | Ass.legais | Total |
|----------|---------|----------|------------|-------|
| Notícias | 11 | 18 | 2 | 31 |
| O País | 13 | 14 | 2 | 29 |
| Total | 24 | 32 | 4 | 60 |

Prevalece a categoria “Política” em detrimento da “Crónica”: esta circunstância é relevante, pois demonstra, a partida, a natureza da cobertura feita pelos dois maiores diários moçambicanos sobre o caso Bypass.

O uso das fontes permite aprofundar ainda mais o dado bruto acima referido. Os critérios guia para classificar as fontes foram os seguintes: diferenciação entre “institucional” (proveniente exclusivamente das próprias instituições do Estado) e “não institucional” (todas as outras). Entretanto, há uma relevante diferença, dentro das fontes não institucionais, entre as provenientes da Mozal e as outras.

O “Notícias” usa 21 fontes diversificadas para fazer a cobertura do caso-Bypass. Delas, 13 são institucionais e 8 não institucionais. As primeiras são usadas por 25 vezes, as segundas por 22.

No caso do “Notícias”, entre as fontes institucionais prevalece o Ministério do Meio Ambiente (Micoa, por 9 vezes), seguido das outras fontes, dentre as quais distinguem-se o Tribunal Administrativo (3) e a AIM (também 3). O resto das fontes só é usado uma vez.

A tabela 2 mostra quais as fontes não institucionais mais usadas pelo “Notícias”. Prevalece de longe a Mozal (8 vezes), seguida pelas ONGs (3), os dois maiores partidos políticos (duas vezes respectivamente) e por outras fontes definíveis de “ocasionais” (uma delas faz referência a uma carta publicada no jornal).

Tabela 2.
O uso das fontes não-institucionais. Jornal “Notícias”

| Fonte | Vezes usadas |
|------------|--------------|
| Frelimo | 2 |
| Renamo | 2 |
| MDM | 1 |
| Consultor | 1 |
| Docente UP | 1 |
| MOZAL | 8 |
| ONG | 3 |
| Total | 18 |

O “Notícias” dá largo espaço a dois sujeitos: o Ministério do Ambiente e a Mozal, embora, entre as fontes governamentais, seja necessário acrescentar mais duas ocorrências, em que o jornal usa (por uma vez respectivamente) o Primeiro Ministro e o Governo no seu conjunto (mediante o seu porta-voz).

No total, o “Notícias” usa por 25 vezes as fontes governamentais, e por 8 a Mozal, somando um total de 33, que representa a frente favorável ao Bypass. Os “contrários” que não têm voz (apenas 7 ocorrências). Esse dado confirma que o “Notícias” concentra-se no tratamento “político” do caso-Bypass, tentando atenuá-lo, dando largo espaço às teses em favor da operação

O outro diário, “O País”, usa 8 fontes por 27 vezes, ou seja, se comparado com o “Notícias” há menos fontes, com uma proporção de 1/3 entre as de tipo institucional e as outras (respectivamente 2 contra 6); entretanto, “O País” faz recurso apenas por 3 vezes às fontes institucionais, e por 24 àquelas não institucionais. No seio das fontes institucionais (tabela 3) a mais usada é o Micoa (2 vezes), seguida pelo Tribunal Administrativo (1 vez).

Tabela 3.

O uso das fontes institucionais. Jornal “O País”

| Fonte | Vezes usadas |
|-------|--------------|
| MICOA | 2 |
| TA | 1 |
| Total | 3 |

Nas fontes não institucionais (tabela 4), “O País” faz um uso equilibrado de informações provenientes das duas frentes, o da Mozal e o, oposto, das ONGs: 6 vezes cada.

Tabela 4.

O uso das fontes não-institucionais. Jornal “O País”

| Fonte | Vezes usadas |
|--------|--------------|
| MOZAL | 6 |
| Renamo | 2 |
| ONG | 6 |
| Total | 14 |

Pode-se deduzir que “O País” tem privilegiado fontes não institucionais, com um certo equilíbrio entre os dois principais protagonistas (Mozal e ONGs). Isso pode significar que, do ponto de vista deste jornal, as instituições desempenharam um papel pouco relevante, deixando portanto aos actores julgados mais significativos a tarefa de falar. Ou que a

redacção desse diário não tem confiança nas instituições moçambicanas.

As primeiras conclusões a partir da análise quantitativa dizem o seguinte:

- **O caso Bypass-Mozal** teve uma cobertura extremamente ampla e ao mesmo tempo cronologicamente concentrada nos órgãos analisados, considerando tratar-se de um período de aproximadamente 4 meses em que a imprensa moçambicana lidou com o assunto em questão;

- **A tipologia de artigo** mais utilizada foi o de tipo político;

- **O “Notícias” privilegia o uso das fontes institucionais**, com uma diversificação bastante limitada das mesmas, e “O País” tem uma postura oposta, dando mais espaço às fontes não institucionais, especialmente provenientes das ONGs e da própria Mozal;

- **Isso quer dizer que, a partida**, perfila-se um terreno de jogo cujos actores fundamentais são as fontes e as linhas editoriais dos respectivos jornais, sob o ângulo visual do debate político, muito mais do que a correcta informação inerente ao possível risco por parte das comunidades locais.

3.2. O debate do caso-Bypass na imprensa moçambicana: risco ambiental ou risco político? Análise qualitativa dos jornais “Notícias” e “O País”

A análise qualitativa pretende responder à questão seguinte: como é que foi comunicado o risco ambiental por parte da imprensa moçambicana, visando tornar mais conhecidas as possíveis consequências das emissões directas dos gases emitidos pela Mozal durante 137 dias?

Para responder a esta questão foi usada uma metodologia “mista”, que consiste em subdividir as duas maiores tipologias de artigos (crónica e política) em várias sub-categorias, extrair delas mapas semântico-conceituais hierarquicamente definidas e, finalmente contabilizá-las. Este exercício far-se-á por cada um dos jornais analisados, para, no final, traçar um quadro global.

O caso do “Notícias”

A partir das bases teóricas e metodológicas realçadas far-se-á agora a análise de como o “Notícias” lidou com o assunto do Bypass, como pode notar-se da tabela 5.

Tabela 5.
Mapas semântico-conceituais sobre o Risco.
Jornal “Notícias”

| Mapa semântico-conceitual e número de artigos publicados | |
|--|---|
| Risco | |
| a. AVALIAÇÃO DO RISCO | Positiva (Nenhum dano): 16 Negativa (Suspeita de doença/Ignorância do risco/Vamos morrer): 6 |
| b. MEDIÇÃO DO RISCO | Positiva (Legalmente permitido/Abaixo dos limites-previsões): 9 Negativa: 0 |
| c. PREVENÇÃO DO RISCO | Positiva (Necessária): 4 Negativa (Alternativas): 1 |
| Interesse público/Participação | |
| Comunicação/Informação do risco: | Houve: 3 Não houve: 2 |
| Monitoria ambiental | |
| Positiva (Monitoria/Extensiva campanha/Estudo de Impacto Ambiental): 7 Negativa: 1 | |
| Debate público | |
| Governo (capacidade de gestão ambiental/ONGs: agenda obscura): vários Oposições (Polêmica-discórdia-cepticismo): vários | |
| Outros sinais | |
| Posicionamento do jornal | |
| Não existe de forma explícita | |

1.a. Avaliação do risco: tem a ver com o risco *strictu sensu*, ou seja, com a avaliação geral do risco. O “Notícias” reporta opiniões que tencionam tranquilizar o leitor em mérito à operação Bypass. A abordagem tendente a atenuar o risco recorre por 16 vezes, a contrária apenas por 6. Esta cobertura relaciona as instituições com o campo semântico da tranquilidade, do “risco zero” e, no fim do processo-Bypass, com a satisfação por uma conclusão coerente com as expectativas. A linha oposta, que visa amplificar o risco, é inteiramente deixada às intervenções do maior partido de oposição, a Renamo, assim como a cidadãos anónimos cujas impressões foram recolhidas pelo jornal nas suas reportagens.

Esses dois actores sociais são representados mediante uma série de estereótipos correspondentes ao “irracional”, sobretudo no caso da fala dos populares. É desta forma ainda não completamente explícita que o “Notícias” toma partido pela argumentação “racional” e “científica” que caracteriza a avaliação tranquilizadora, representando os “opponentes” como irracionais e inimigos da ciência, do progresso e do desenvolvimento.

1.b. A medição do risco representa provavelmente a categoria mais significativa. Neste caso, o mapa semântico-conceitual não

é genérico, mas sim extremamente pontual, reportando os dados bioquímicos provenientes dos levantamentos “científicos”, feitos pela própria Mozal e pela empresa suíça contratada para o efeito. Os resultados são todos (salvo raríssimas excepções, que analisar-se-á mais a frente) abaixo ou, como o “Notícias” costuma enfatizar, “muito abaixo” dos limites nacionais e internacionais (OMS) aceites e até das previsões contidas no estudo da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) sobre o caso em questão.

Os actores sociais não institucionais que se opuseram à operação-Bypass não podem ter palavra, uma vez que nenhum deles tem a capacidade económica de contratar uma empresa para validar os dados provenientes da Mozal, embora a Ministra do Ambiente, Abreu, tenha “desafiado” as ONGs a apresentar dados alternativos. Sendo assim, não há nenhuma ocorrência em que esses sujeitos pronunciem-se de forma positiva no que diz respeito à medição do risco.

Esta estratégia, adoptada pela Mozal e pelo Governo, que visa manter o monopólio da informação técnica, foi transmitida de forma acrítica pelo jornal “Notícias”. O debate foi portanto “orientado” nesses termos, opondo as certezas científicas das instituições ao medo irracional dos “opponentes”. Uma desmentida parcial desses dados proveio apenas dos relatórios das duas entidades junto às quais as ONGs ambientalistas apelaram-se, ou seja, CAO e BEI, muito tempo depois de o Bypass ter terminado (CAO; 2012; BEI, 2012).

1.c. Prevenção do risco: o “Notícias” cobre esta temática por 5 vezes, enfatizando o facto que o Bypass foi “necessário”, e que irá levar a um melhoramento geral, tendo em conta o uso de tecnologias modernas e mais eficientes. Só uma vez é que os “críticos” intervêm (nesse caso se trata de cidadãos), apelando para que se procurem “alternativas” ao Bypass, mas sempre de forma genérica.

2. Comunicação/Informação do Risco, ou seja, como é que a “crise” foi comunicada pela empresa e pelas instituições. Neste caso o “Notícias” quase que não apresenta ocorrências (apenas 5, das quais 2 “negativas” e 3 “positivas”), deixando concluir que o assunto não constituiu preocupação prioritária. Esta quase-ausência representa um importante indicador da linha editorial do jornal.

3. A monitoria ambiental é matéria tipicamente “técnica” e, mesmo nesse caso, os “opponentes” não têm palavra. A única vez em que um deles (a Renamo) é citado, é feito de forma “negativa”, visando descredibilizá-lo. Em todos os outros casos o “Notícias” cobre

a questão da monitoria ambiental dando a palavra às instituições (muito mais que à Mozal), procurando tranquilizar a população. É amplamente reportada a intervenção do Primeiro Ministro na Assembleia da República, realçando que o Governo será sempre mais “exigente”, não apenas com a Mozal, mas com todas as grandes empresas que estão prestes a abrir em Moçambique. O uso de um indefinido futuro representa um claro “sinal” de como a “linha dura” será adiada *sine die*

4. Debate público. Neste caso é quase que impossível contabilizar as ocorrências. Sendo assim, preferimos dar um enfoque mais qualitativo, destacando as associações semântico-conceituais entre os vários sujeitos intervenientes e os assuntos abordados.

O “Notícias” tende a enfatizar a capacidade de gestão ambiental do governo e o facto que as ONGs ambientalistas actuem de acordo com uma “agenda obscura”, que supostamente nada tem a ver com o assunto em questão. É a Ministra do Ambiente, Alcinda Abreu, com o seu entourage, que visam descredibilizar os “oponentes”. Por contra, em 3 circunstâncias”, enfatiza-se que a operação engendrou polémica e discórdia, embora geralmente atenuando essas expressões com forte denotação negativa com o termo “alguma” que antecede os dois substantivos básicos (justamente “polémica” e “discórdia”).

No que diz respeito ao debate na Assembleia da República, o Governo é representado – principalmente através do Primeiro Ministro, Aires Aly e, em segundo lugar, da Ministra do Ambiente, Alcinda Abreu - como a instituição que olha para além do caso-Bypass da Mozal. Esta entidade projecta o futuro de Moçambique em termos de desenvolvimento, mediante um discurso aliciante: portanto o Bypass não deve despertar polémicas, uma vez que o Governo é o primeiro interessado em tutelar a saúde dos seus cidadãos. O “Notícias” reporta e valoriza as declarações da Ministra Abreu, consoante as quais já havia relatos de vítimas antes de o Bypass começar. O objectivo, neste caso, é fortalecer a ideia de que alguém, contrário ao governo, tinha espalhado boatos desprovidos de bases científicas, finalizados a fragilizar a posição da Mozal no país. Entretanto, quer a ministra, quer o “Notícias”, ignoram que geralmente sempre há uma distância entre riscos “objectivos” e percebidos, sobretudo por parte das populações (SLOVIC, 2000). Distância que, neste caso, é classificada apenas com a categoria de “irracional” e, portanto, “pré-política”.

Entre os partidos políticos, o mais coberto é a Renamo, cuja bancada parlamentar é apresentada como defendendo posições

repetitivas, enfatizando dois conceitos fundamentais: por um lado, a insistência em favor do retiro da licença especial para o Bypass concedida pelo Micoa; por outro, a propensão bastante propagandística, em que os termos “saúde” e “vida” estão associados, contrastivamente, à moeda americana (“dólares”) e ao Governo. A ideia é que o Governo privilegia os aspectos económicos à vida dos moçambicanos. O “Notícias” representa a Renamo, no Parlamento, dando uma ideia de partido confuso, escassamente interessado em respeitar as leis e que usa o caso-Bypass para meter em crise as instituições do Estado.

5. Entre os outros “sinais”, os mais significativos são:

- **Os títulos:** geralmente não chamativos, reproduzem o discurso das fontes oficiais das quais o “Notícias” tira a informação. A perspectiva, mais uma vez, é “atenuar”, “abafar”, portanto não há nenhum interesse em construir manchetes bombásticas. Eis alguns exemplos:

“Emissão de gases pela Mozal: Concessão da licença foi acto responsável – ministra da Coordenação da Acção Ambiental, Alcinda de Abreu”; “‘Bypass’ da Mozal: Governo será exigente na observância das regras – afirma Aires Ali, falando aos deputados da AR”; “‘Bypass’ foi um sucesso – reitera Governo”.

Aquilo que mais parece preocupar não é tanto a tutela da saúde pública e do meio ambiente, quanto o respeito das normas legais e da ordem constituída.

Uma segunda série de títulos visa representar os diferentes posicionamentos dos actores, mantendo uma postura mais neutra, com a usual tendência a evitar a amplificação das divergências. Eis alguns exemplos:

“Emissão de fumos pela Mozal: Governo e sociedade civil com expectativas diferentes”; “Libertação directa de fumo: Mozal e ambientalistas continuam sem consenso”; “Renamo pede suspensão das actividades da Mozal”.

Finalmente, existem poucos títulos (relacionados directamente com o debate político) que podem ser definidos de “bombásticos”, em que o posicionamento do jornal torna-se mais evidente e explícito, e que assinalam o término de etapas importantes do processo político e jurídico relacionado com o caso. Por exemplo:

“AR chumba resolução sobre proibição do ‘bypass’”; “TA dá luz verde ao Bypass”.

As cartas dos leitores. No caso-Bypass da Mozal apenas uma vez é que o jornal publica uma intervenção externa, da autoria de Mateus Licusse. Essa carta, cujo título é: “Bypass’: sim ou não? Quis juris?”, não representa o posicionamento oficial do jornal – que, como vimos, não existe de forma explícita -, mas insere-se bem na abordagem geral que o diário faz em volta do caso em estudo. Apresenta posições diferentes e até contraditórias, sublinhando, por um lado, o direito à saúde por parte dos cidadãos, todos “com direitos iguais”, e a possibilidade de participarem “nesta grande controvérsia”.

Uma vez que quer o “sim” quer o “não” teriam implicações supostamente negativas, a salomónica solução seria de “se olhar para o que a lei consagra”, pois o mais importante “é o respeito pela lei e a boa aplicação dos conhecimentos científicos para a preservação de uma sociedade saudável”. A carta, inconclusiva nos conteúdos, aproxima-se muito à linha editorial “legalista” do “Notícias”, sem olhar muito pelas consequências concretas que o processo-Bypass poderá trazer.

As fotos. Mesmo neste caso, o “Notícias” opta por uma abordagem de perfil baixo, mostrando fotos com paisagens industriais perfeitamente “limpas”, evocando desta forma o facto que o Bypass não poderá ter nenhuma consequência negativa, como é fácil ver com base nas fotos seleccionadas:



Quais as conclusões desta análise de tipo qualitativo, relativa à cobertura do risco por parte de “Notícias”?

A cobertura é constantemente atenuada. Há uma evidente polarização entre as instituições (e a Mozal), capazes de medir “cientificamente” o risco, e os oponentes, que só podem criticar de forma vaga e genérica, portanto não atendível. Isso “habilita” em avaliar este mesmo risco de forma política, como sendo inconsistente. A operação-Bypass é apresentada portanto como medida (necessária) de prevenção de riscos bem piores. Essas indicações são confirmadas pela actividade de monitoria ambiental que as mesmas instituições (e a própria Mozal) levam a cabo de forma “contínua” e reparando na saúde dos cidadãos;

A sociedade civil (ONGs ambientalistas, cidadãos, a própria Renamo) não pode ter palavras sobre medição do risco e monitoria, uma vez que os instrumentos técnicos para o efeito são monopolizados pelas instituições e pela Mozal, aos quais o “Notícias” cede de frequente a palavra. No mapa semântico-conceitual, os discursos dos cidadãos, das ONGs ambientalistas e da Renamo estão associados a conotações “anti-científicas”, tipo:

“Vamos morrer, nós ou os nossos filhos”,
“é preciso cancelar a autorização dada pelo Micoa”, ou “as ONGs têm uma agenda obscura”.

Por contra, as figuras de destaque da Assembleia da República e o partido Frelimo são caracterizados por serem muito “institucionais”, ou seja, respeitosos das regras da “magna casa”, garantindo dessa forma o bom funcionamento das instituições. A Renamo é, pelo contrário, vista como força política que pretende “forçar” os normais trabalhos do Parlamento, aderindo a uma tática de “imediatismo” não muito politically correct.

A análise dos títulos também revela uma postura do jornal que tende constantemente a atenuar o risco derivante do Bypass e os conflitos sociais; No final, emergem portanto dois mundos separados, que o “Notícias” bem representa, de forma até demasiado esquemática: por um lado, aqueles que “sabem” (instituições e Mozal), e que procuram fornecer uma informação correcta e com base nos levantamentos científicos feitos, por outro os (raros) “agitadores”, cujas preocupações parecem escassamente motivadas.

O caso de “O País”

Vamos ver, agora, como é que este jornal independente fez a cobertura do caso-Bypass, a partir da análise centrada nos mapas semântico-conceituais.

Tabela 6.
Associações semântico-conceituais sobre o Risco.
Jornal “O País”

| Mapa semântico-conceitual e número de artigos publicados | |
|--|---|
| Risco | |
| a. Avaliação do risco | Positiva (MOZAL/FRELIMO: Nenhum dano à saúde pública): 9 Negativa (RENAMO/ONGs: Substâncias tóxicas/substâncias comprovadamente atentatórias/Podem provocar irritações/destruição da camada de ozono): 9 |
| b. Medição do risco | positiva (Muito abaixo dos limites/Mozal emite apenas 240 miligramas por metro cúbico): 4 Negativa (GroundWork: concentração de poeira acima do nível/Poluição do ar acima do normal): 7 |
| c. Prevenção do risco | positiva (Estudo comparativo; não existe alternativa ao Bypass; Plano de gestão ambiental): 4 Negativa (Os ambientalistas reprovam os alegados estudos): 1 |
| Interesse público/Participação | |
| Comunicação/ Informação do risco: | Houve (MOZAL): 7 Não houve: 3 |
| Monitoria ambiental | |
| | Positiva (Campanha de monitoria): 1 Negativa (RENAMO): 1 |
| Debate público | |
| | Governo (Licença resultado de estudos/MOZAL reitera a ideia defendida pelo Governo): 2 Oposições (Argumentos da Mozal insuficientes/Desrespeito à legislação moçambicana): 5 |
| Outros sinais | |
| Posicionamento do jornal | |
| Editoriais | |

O País” faz uma cobertura do caso-Bypass tendente a amplificar o risco.

1.a. Na avaliação do risco, há um grande equilíbrio (ausente no caso do “Notícias”) entre as diferentes posições, com 9 ocorrências por cada uma delas. O teor dos conteúdos é extremamente “pesado”, e termos tais como “tóxicos”, “contra a saúde”, entre outros, repetem-se frequentemente. Aparece inclusive uma referência à contribuição da Mozal pela quebra da camada do ozono planetário, além dos supostos danos ao meio local. Sinais, esses, inequívocos do posicionamento do jornal.

1.b. A medição, desta vez, não é completamente deixada nas mãos das instituições e da Mozal. Com efeito, “O País” procura reportar quer os dados da Mozal, quer os “contra-dados” derivantes do levantamento feito pela ONG sul-africana GroundWork. Desta feita, “O País” ajuda a colocar dúvidas nas certezas graníticas que a imprensa pública estava nessa altura propalando, quebrando o monopólio da informação.

1.c. Finalmente, na parte inerente à prevenção ambiental, a palavra é dada basicamente à Mozal, enquanto a componente “negativa” é atribuída aos ambientalistas, que reprovam os estudos apresentados pela empresa e pelo Governo.

2. No que diz respeito à comunicação/informação, “O País” faz uma cobertura exhaustiva dos encontros e comunicados de imprensa emitidos pela Mozal, de maneira que é isso que prevalece em termos numéricos. Entretanto, as críticas também são apresentadas, apontando sobretudo na escassa disponibilização da informação feita pela Mozal.

3. A monitoria ambiental pode considerar-se de irrelevante, na cobertura de “O País”: apenas uma ocorrência foi registada. Um tal dado não é insignificante, uma vez que a actividade de monitoria é tipicamente institucional. “O País” adopta portanto uma postura que revela uma certa desconfiança para com o Governo e as suas “promessas”.

4. Finalmente, o debate público vê uma cobertura em que prevalece o papel das oposições (mais uma vez, quer políticas, quer da sociedade civil). É bastante significativo que “O País” nunca ceda a palavra (como faz o “Notícias”) directamente aos cidadãos. Esta opção editorial tem um claro significado: fazer com que, a argumentos sólidos (como, supostamente, os são aqueles das instituições) se possam contrapor outros do mesmo teor, fugindo à tentação de representar o cidadão moçambicano como o “ignorante-não pensante” completamente obnubilado pelo terror do “genocídio” perpetrado pela Mozal e pelo seus gases.

A cobertura relativa ao debate político também pouco tem a ver com a abordagem adoptada pelo “Notícias”: em termos de avaliação do risco, há uma radicalização da linguagem entre as duas bancadas. “O País” reporta e amplifica a terminologia usada pela Frelimo (que aponta por uma avaliação do risco e de quem o geriu extremamente positiva) e pela Renamo (que usa expressões bombásticas até o excesso, e que remontam, por fim, até a ideia de um genocidio perpetrado pela Mozal, a Frelimo e o “seu Governo”).

A palavra-chave que diz respeito à actividade parlamentar em volta do Bypass é “nada”. Em vários artigos (sobretudo os dos dias 4, 5 e 6 de Novembro), vezes sem conta os repórteres do jornal usam expressões tais como: “O debate de ontem não produziu nada”; “Nada’ é o termo para classificar a conclusão a que se chegou do debate parlamentar”; “debate infrutífero”. Este posicionamento iguala, de facto, a avaliação sobre as capacidades efectivas de incidir, por parte das bancadas parlamentares, nas questões dirimentes o caso-Mozal. Com efeito, o debate se conclui com uma simples “troca de palavras”, tanto violentas quanto estereis, entre Renamo e Frelimo

5.Outros sinais: neste caso, temos que distinguir entre amplificação “implícita” e “explícita”.

Amplificação “implícita”: é feita com o uso de adjectivos ou de verbos que reforçam o significado “negativo” dos substantivos ou das frases. Por exemplo (edição do dia 14/07/2010) à palavra “gases” associa-se o adjectivo “todos”, ao mesmo tempo pleonástico mas chamativo; reportando a reunião pública promovida pela Mozal, o verbo que se usa (entre aspas) é “convencer” (“o público”): nesse caso, o jornalista enfatiza a função persuasiva, muito mais que a informativo-denotativa, usada pelos técnicos da Mozal para tentar ultrapassar as resistências dos populares (edição do dia 30/7/2010);

Amplificação “explícita”: aqui usam-se expressões e frases que abertamente pretendem despertar a atenção do leitor, assustando-o em mérito às consequências que, possivelmente, decorrerão da operação-Bypass. Por exemplo (edição do dia 14/7/2010), pode-se ler:

“Estas substâncias tóxicas (...) são comprovadamente atentatórias à saúde pública”.

Na edição de 30/07/2010 o jornalista admite que, diante das palavras do representante da Mozal, “não houve nada de novo”, tendo sido a apresentação “muito tecnicista” e, portanto, escassamente eficaz. No mesmo artigo as conclusões derivantes do levantamento feito pela GroundWork são definidas de

“Assustadoras”, reportando a seguir os dados químicos fora dos padrões nacionalmente e internacionalmente aceites.

Entretanto, há um artigo, em que o jornal posiciona-se de forma explícita em favor da Mozal (edição do dia 23/07/2010), na altura em que esta traz os dados dos seus

levantamentos. “Verdade ou não, a Mozal apresentou factos”: implicitamente, isso significa que os outros também deveriam fazer a mesma coisa, aceitando o “desafio” lançado pela Mozal.

Os títulos. Contrariando a opção editorial do “Notícias”, no caso de “O País” assistimos a uma clara amplificação do risco. Na edição de 14 de Julho de 2010, por exemplo, o jornal titula como se segue:

“Mozal tem luz verde para emitir substâncias tóxicas sem filtro”.

As fotos. Os sinais visuais (fotografias e fotomontagens) também têm um impacto considerável na opinião pública, nacional e internacional. Eis algumas das fotos de “O País”, comparadas com outras do “Notícias”, que muito bem expressam o posicionamento totalmente diferente dos dois diários em relação ao caso-Bypass. Nenhuma dessas fotos representa a Mozal ou qualquer outra indústria em Moçambique: trata-se de fotomontagens, cujo único objectivo seria de impressionar aos leitores, sacudindo-os por meio de sinais visuais.



De forma explícita, além que alguns comentários internos aos artigos, “O País” utiliza basicamente os editoriais. O primeiro, escrito pelo director, Jeremias Langa, no dia 13 de Agosto de 2010, titula-se: “As perguntas sem resposta no ‘bypass’ da Mozal”; o segundo, da autoria de Lázaro Mabunda (do dia 24 de Setembro de 2010), assim titula:

“Bypass da Mozal: uma ‘licença para matar!’”. Poucos dias depois (aos 30 de Setembro) “O País” titula como se segue: “Populações da zona do Parque Industrial da Matola respiram ar altamente poluído”.

A cobertura que “O País” faz do caso-Bypass é portanto quer satírica (olhando pelos partidos presentes no Parlamento), quer trágica (olhando para os factos). Esta dicotomia levanta uma questão: uma vez que as forças políticas e as próprias instituições demonstraram-se manifestamente incapazes de lidar com o assunto do Bypass, o problema maior deixa de ser o risco ambiental, transformando-se em risco político.

Os dois editoriais publicados neste diário realçam o conceito de forma patente : a verdadeira ameaça tem a ver com a autonomia decisória do país. Jeremias Langa, no seu editorial, chega de se perguntar se a Ministra do Ambiente que intervém no Parlamento é a Ministra do Ambiente do Governo Moçambicano, tanto pobre é julgada a sua preparação técnica e política. Entretanto, o “transpasse” do risco ambiental em risco meramente político, mais que no cenário interno, jogar-se-á ao nível internacional. Neste caso, as forças intelectuais e a propaganda institucional procurarão travar a ideia de que o Estado moçambicano não tenha plena posse da sua soberania nacional, sendo governado por um manípulo de incompetentes. O que constitui o mais ameaçador desafio à governação de Guebuza e da Frelimo.

CONCLUSÕES

O caso-Bypass foi provavelmente o mais mediatizado – no seio dos assuntos inerentes ao meio ambiente - ao longo da história de Moçambique independente. O tipo de cobertura que foi feita – de acordo com o paradigma interpretativo que foi usado (o do SARF) - e a natureza da comunicação, deixaram claro que a imprensa local não esteve à altura do desafio de cobrir de forma clara, objectiva e competente a crise ambiental provocada pelo Bypass da Mozal. De forma mais específica, é possível concluir o seguinte:

A cobertura feita foi intensa, profunda e concentrada, quer na imprensa independente, quer na pública;

A cobertura respondeu a critérios basicamente políticos, no centro dos quais esteve a (falta de) capacidade de o Governo em lidar com assuntos tão delicados como a tutela do interesse público (saúde) e, a partir daí, da soberania nacional, principalmente no que diz respeito à relação com a Mozal;

Consoante tais abordagens, o “Notícias” procurou usar fontes oficiais, descredibilizando (embora geralmente de forma implícita) os “opponentes”, sobretudo mediante uma linha

editorial que pautava pela atenuação do risco e a tentativa de acalmar os ânimos das pessoas preocupadas com o Bypass. No seio dessa estratégia, o elemento da tecnologia e da confiança quase que cega para com os equipamentos da Mozal constitui um dado central na estratégia comunicacional quer da Mozal quer do Governo. Nesse caso, a dicotomia que sobressai da leitura do “Notícias” é a relativa à associação entre “opponentes” – irracionais – sub-desenvolvidos e “factores” – tecnológicos – modernos. O uso dos mapas semântico-conceituais tem demonstrado que do primeiro grupo fazem parte cidadãos simples, ONGs ambientalistas e, em parte, partidos da oposição, do segundo Mozal e instituições;

“O País”, pelo contrário, faz uma cobertura bombástica dos acontecimentos. Vários factores convergiram para determinar um ataque frontal à Mozal e ao Governo moçambicano, representado como incapaz de gerir situações críticas como essas. Mesmo no caso deste diário, todavia, o ponto fulcral não é tanto a saúde dos cidadãos, sobre a qual os únicos dados disponíveis são aqueles da Mozal, mas sim a fraqueza do Governo e, ainda mais, a falta de transparência e comunicação.

BIBLIOGRAFIA

- BACON, F., *Nova Atlantis*, Utrecht, 1643, in <http://www.hs-augsburg.de>.
- BECK, U., *Risikogesellschaft*, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1986.
- BECK/GIDDENS/LASH, *Reflexive Modernization*, Stanford University Press, Stanford, 1994.
- BOUGAULT, L.M., *Mass media in Sub-Saharan Africa*, Indiana University Press, Indiana, 1995.
- CAO Compliance, *Appraisal Report*, 24/07/2012, CAO Ref. Code: C-1-R6-Y12-F160, 2012.
- CASTELO-BRANCO, C.N., *Economia extractiva e desafios da industrialização em Moçambique*, em DE BRITO, L./CASTELO-BRANCO, C.N./CHICHAVA, S./FRANCISCO, A., *Economia extractiva e desafios da industrialização em Moçambique*, IESE, Maputo, 2010.
- DOUGLAS, M., *Risk and Blame*, Routledge, London-New York, 1992.
- European Investment Bank (EIB), *Mozal Project*, Maputo, Mozambique, Complaint SG/E/2010/16, *Conclusions Report*, April 2012.

FARUK OSMAN, A., *Africa*, in IFJ, *The Last Dispatch*, Druck, Hoeilaart, 2012.

FAUVET, P., MOSSE, M., *É Proibido Pôr Algemas nas Palavras*, Ndjira, Maputo, 2003.

GIDDENS, A., *The Consequences of Modernity*, Polity Press, Cambridge, 1992.

GRANJO, P., *A mina desceu à cidade: Memória histórica e a mais recente indústria moçambicana*, "Etnográfica", Vol. VII (2), 2003, pp. 403-428.

HERMAN, E., Mc CHESNEY, R., *The global media in the late 1990s*, in MACKAY, H., O'SULLIVAN, T. (Eds.), *The media reader: continuity and transformation*, Sage, London, 1999.

HYDEN/LESLIE/OGUNDIMU (Eds.) (2002), *Media and Democracy in Africa*, Transaction Publisher, New Brunswick.

INE (Instituto Nacional de Estatística) (2005), *Anuário Estatístico*, Artes Gráficas, Maputo.

KASPERSON/RENN/SLOVIC et alii, *The Social Amplification of Risk: A Conceptual Framework*, "Risk Analysis", vol. 8, No. 2, 1988, pp. 177-187.

KASPERSON/KASPERSON/PIDGEON/SLOVIC (Eds.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge University Press, Cambridge, 2003.

LUHMANN, *Risk. A Sociological Theory*, Aldine, New York, 1993.

LUPTON, D., *Risk*, Taylor & Francis, Oxford, 1999.

McCALLUM/HAMMOND/COVELLO, *Communicating about Environmental Risks: How the Public Uses and Perceives Information Sources*, Health Education & Behaviour, October 1991, 18, pp. 349-361.

MURDOCK/PETTS/HORLICK-JONES, *After Amplification: Rethinking the Role of the Media in Risk Communication*, in Pidgeon, N., Kasperson, R.E. and Slovic, P. (eds) *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 156-178.

NOVACK/GOWIN, *Learning how to learn*, Cambridge University Press, Cambridge, 1984.

SANDMAN, *Environmental Risk Reporting Project Rutgers*, Rutgers Medical School, New Jersey, 1986.

SLOVIC, P., *The perception of risk*, Earthscan Publications, London, 2000.

SOUSA SANTOS, B., *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro*, 2004, www.ces.up.pt.

WEBER, M., *Economia e Sociedade*, Editora da UNB, Brasília, 2009.

WOLF, M., *Teorie della comunicazione di Massa*, Bompiani, Milano, 1999.

WORLD BANK, *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action*, World Bank, Washington D.C., 1981.

ZIEGLER/ASANTE, *Thunder and Silence: The Mass Media in Africa*, Africa World Press, Trenton, 1992.

Para citar este artigo:

Bussotti, Luca (2013). ANÁLISE DA COBERTURA DE IMPRENSA RISCO AMBIENTAL DE MOÇAMBIQUE: O caso da Mozal Bypass e jornal "Notícias" e "O País". Revista Luciérnaga, Año 5, N10. Grupo de Pesquisa em Comunicação, Faculdade de Comunicação Audiovisual, Politécnico Colombiano Jaime Isaza Cadavid. Medellín-Colombia. ISSN 2027-1557. Págs. 15-27.